



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0013688-34.2010.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**  
Autor: **Justiça Pública**  
Réu: **Gilberto Abreu Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

Vistos.

GILBERTO ABREU SILVA foi denunciado como incurso no artigo 171, caput, por 4 vezes, c.c. o artigo 71, ambos do Código Penal. A denúncia foi recebida em 09 de maio de 2011. Aditamento à denúncia a fls. 67/68, para correção do nome do acusado. O réu foi citado pessoalmente e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Foi realizada audiência, em que foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório. O julgamento foi convertido em diligência para a realização de perícia.

É o relatório.

DECIDO.

Por ocasião de seu interrogatório judicial, o acusado admitiu ter vendido um mesmo imóvel - referido na denúncia - às vítimas.

A documentação encartada aos autos revela que o acusado vendeu para quatro pessoas diferentes o mesmo terreno, que estava em nome do acusado.

O acusado alega que as vítimas sabiam das restrições do terreno. Mas, não existe prova nesse sentido. As vítimas foram ouvidas em juízo e confirmaram que o acusado agiu de modo ardiloso, vendendo-lhes o mesmo terreno, sem que uma soubesse da venda feita à outra. Após o golpe – disseram as vítimas – o acusado fugiu da cidade.

A testemunha de defesa Maicon (fls. 207) confirmou o fato narrado na denúncia. Segundo referida testemunha, o acusado passava por dificuldades financeiras quando vendeu o terreno para quatro pessoas diferentes.

Por outro lado, a perícia realizada com o fim de determinar o valor do imóvel surge como elemento de informação que instala dúvida que favorece o acusado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

Conforme consta dos autos, era da sabença de todos que o réu passava por dificuldades financeiras. Todas as vítimas tinham parentesco ou relacionamento direto ou indireto com o acusado. Logo, é crível que soubesse que a sua situação financeira era precária.

A par disso, verifica-se que as duas partes do terreno somadas valiam quase R\$ 50.000,00 (fls. 309). Todavia, as vendas se deram por preço correspondente a décima parte daquele valor total ou correspondente a quinta parte de cada uma das porções do terreno (partes A e B).

Assim, a meu ver, surgiu dúvida capaz de beneficiar o acusado, consistente na verossimilhança de sua alegação, no sentido de que teria ocorrido um contrato de mútuo entre o réu e as vítimas, no qual o terreno figurou como garantia por eventual inadimplência.

Ante o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido contido na denúncia, absolvendo-se o réu GILBERTO ABREU SILVA da acusação de ter violado o disposto no artigo 171, caput, por 4 vezes, c.c. o artigo 71, ambos do Código Penal, com base no artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**